



ENSAIO SOBRE LINGUAGEM, POBREZA E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

Pedro Perini-Santos¹

Resumo: Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre as relações entre pobreza, linguagem e políticas linguísticas, com o fim de trazer a público uma série de boas indagações para novas pesquisas a serem desenvolvidas. Relata para tal situações de exclusão social por critérios linguísticos na África, Ásia e América do Norte. Finalmente, discorre também sobre a necessidade de se atentar para pluralidade linguística do Brasil.

Palavras Chave – política, pobreza, mudanças sociais, línguas

Introdução

Gostaria de propor um ensaio sobre as relações bidirecionais entre LINGUAGEM E POBREZA a partir de comentários sobre alguns capítulos de obra homônima organizada por Wayne Harbert, pesquisador da Universidade de Cornell (EUA). Através de relatos e da análise de casos da América do Norte, Ásia e África, **Linguagem e pobreza** (2009) demonstra como a pobreza engendra o falecimento de línguas minoritárias e como o uso exclusivo de línguas minoritárias sustenta a desigualdade social. Além disso, o livro faz nítida sinalização sobre a importância do papel que práticas linguísticas inclusivas podem desempenhar na efetivação de uma sociedade mais justa. É a partir dessa última asserção que proponho o segundo tema do ensaio, a saber: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE

¹ Pedro Perini-Santos é Doutor em Linguística pela UFMG/University of California; professor adjunto III de Linguística da PUC-MG; pesquisador dos grupos InCógnito (UFMG/CNPq) e Necodi (UFMG/CNPq); pedroperini@hotmail.com

INCLUSÃO. Esse último tema pode ser sintetizado na seguinte formulação: políticas institucionais plurilinguísticas podem resultar em efeitos de equidade social, valorização comunitária e desenvolvimento econômico.

1. Linguagem e pobreza

1.1. África Subsaariana

No primeiro capítulo de **Linguagem e pobreza**, “A pobreza como fator crucial de manutenção ou desaparecimento de línguas – estudo de casos africanos”, Herman Batibo (Universidade de Botswana) sustenta que são coincidentes as ocorrências de pobreza e uso de línguas minoritárias, sendo que 15 dos 20 países com o maior índice Greenberg do mundo são da África Subsaariana².

A migração motivada por razões econômicas, étnicas ou bélico-persecutórias faz com os grupos migratórios optem, como recurso de integração nos países receptores, por uma espécie de *suicídio linguístico*, ou seja, integram-se na comunidade de fala hospedeira servindo-se apenas da língua do país de chegada. Tais comunidades tornam-se duplamente desqualificadas em suas atividades empregatícias e societárias: ganham menos, por serem imigrantes fugidios, e exigem menos, por não dominarem o registro linguístico local para organizar reivindicações sindicais, sociais e trabalhistas. Com isso, as áreas habitadas por esses grupos étnica e linguisticamente reconhecidos recebem menos recursos urbanísticos, escolares, médicos e sociais, notadamente porque não se

² O Índice de Diversidade Linguística de Greenberg (DI) tem a seguinte fórmula: $DI = 1 - \sum(P_i)^2$, onde P_i = percentual relativo aos usuários da língua i ; o uso de i varia de 1 a n , onde n = número de línguas faladas nessa comunidade e \sum = somatório de $(P_i)^2$ para todo valor de i . Se o DI for 1, isso significa que no país analisado as chances de duas pessoas falarem a mesma língua é nula; por outro lado, se o DI for 0, não há chances de haver 2 pessoas que falem línguas diferentes; assim, tem-se a seguinte escala: [mais homogêneo: $0 \leq DI \leq 1$: mais heterogêneo]. De acordo com publicação da UNESCO de 2009, associam-se os mais altos valores de DI a Papua Nova-Guiné com 0,990; a Vanuatu, 0,972; e às Ilhas Salomão com 0,965. Reconhecem-se os índices mais baixos de DI ao Haiti, a Cuba e a Samoa, respectivamente com os índices 0,001, 0,002, e 0,003. A taxa DI do Brasil é 0,032. O método tipológico aplicado por Joseph Greenberg é contestado, dentre outros, por Lyle Campbell em resenha publicada na *Language* 64(3). Para a fonte dos dados: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001852/185202E.pdf>.

traduz para a língua de sua ex-pátria as campanhas políticas, educacionais, comportamentais e de saúde pública veiculadas pelo Estado. O fato de haver altos índices de HIV em comunidades rurais africanas decorre, pelo menos em parte, diz o autor, da falta de acesso linguístico às campanhas de saúde pública.

3

Nota-se, assim, que há, de fato, um vínculo fulcral entre a pobreza e o uso de línguas minoritárias. Locado como uma entidade periférica dentro “do sistema orbital linguístico” (*cf.* Luis-Jean Calvet, 1999), o usuário de uma língua minoritária não dispõe dos mecanismos comunicativos necessários para fazer reivindicações sociais.³

Ademais, quando, em uma dada região, coadunam-se pobreza e língua minoritária – o que se explica pela história de sua ocupação (comunidade linguística descendente dos “vencidos”), pela urbanização deficiente (vias de transporte ruins, solos improdutivos etc.), por efeitos migratórios (saída de trabalhadores ou entrada de desempregados), pela decadência da região em função de mudanças econômicas de larga escala (fim de reservas exploráveis, por exemplo), pela falta de recursos escolares adequados, ou, finalmente, por discriminação linguística ou racial –, há indicações do valor de ações remediadoras com resultados em curto prazo, a saber: adoção de políticas de cotas, que podem adotar o critério linguístico como referência.

Mas as medidas com intuito de modificação social não são nada fáceis. Dada a complexidade linguística, cultural, fronteiriça e econômica do continente, o que se deve pensar é em uma prática de harmonização das relações entre as línguas dos países africanos, junto aos quais, em geral, têm primazia as línguas europeias. O ponto de

³ Esta é uma boa metáfora que Louis-Jean Calvet (1999) usa para descrever as relações entre os idiomas. A ideia de “Sistema Orbital Linguístico” é a seguinte: assim como em um sistema orbital planetário, existem línguas centrais que exercem uma força gravítica - uma força de influência e aceitação social - sobre línguas que estão em sua órbita; como o Sol/Planetas. As línguas orbitais também podem exercer força semelhante sobre outras que se encontram em sua órbita própria: como ocorre na relação Terra/Lua. Assim, entre as línguas há uma complexa organicidade de forças centrais, periféricas e peri-periférica, se quisermos.

partida para essa mudança é a consciência da situação de “elite closure” e o que essa sistemática linguística representa para a população.

Por exemplo: o uso de dialetos, variações ou línguas minoritárias em países mais desenvolvidos e ricos contribui para a manutenção e divulgação de mercados locais. Pode-se falar em algo como um fenômeno de “azeitar o mercado local” para se referir a essa particularidade do plurilinguismo nesses países. De fato, creio, é estímulo ao consumo a nomeação dada a comidas, temperos, bebidas e a rituais folclóricos de regiões específicas como ocorre, por exemplo, nos programas gastronômicos de televisão, no reconhecimento de vinhos e doces, e nas programações turísticas de roteiro especializado.

Para os países pobres, porém, tais diferenças categoriais resultam em exclusão. Atuando como mecanismos de segregação, as nomeações para as receitas e as práticas dos mercados inferiores se restringem apenas a seu público interno e servem de elemento identificatório de cunho jocoso. Em termos brasileiros, “pinga” é bebida de pobre, “buchada” é comida de nordestino, pão de queijo é coisa de mineiro, e por aí vai...

1.2. Estados Unidos - os ‘US Latinos’

Nesta mesma obra, em pesquisa sobre a ecologia linguística norte-americana, Ofelia García (Universidade de Nova Iorque) e Leah Mason (Universidade de Columbia) dedicam-se à análise do papel da língua espanhola (daqui para frente: LE) nos Estados Unidos como elemento de identificação racial. García e Mason reconhecem que se atribui ao uso da LE pelos latinos o rótulo de “língua da pobreza” por quatro motivos:

(1) Imagem de pobreza e de desinformação: Samuel Huntington, cientista político de Harvard, e Dame Edna, articulista da *Vanity Fair*, divulgam artigos indicadores da imagem que se atribui à LE e aos seus usuários. Para o primeiro, “os ‘americanos mexicanos’ apenas participarão do *American Dream*, se sonharem em inglês /.../ porque não existe o ‘Americano’ *Dream*”. A articulista da *Vanity* divulga, e defende, seu total desconhecimento sobre a literatura em LE ao afirmar que “não há nada nessa língua que valha a pena a gente ler, salvo o *Don Quixote*”.

(2) Problemas escolares: o Tratado do Fidalgo de Guadalupe (1848), que efetivou a incorporação da Califórnia, Texas, Novo México, Nevada, Arizona, Utah e de partes do Colorado e de Wyoming à nação americana, previa respeito às tradições religiosas e culturais dos novos americanos. Mas essas garantias foram progressivamente extintas. Em 1855, por exemplo, a legislação californiana passa a exigir que as publicações legais fossem feitas apenas em inglês, excluindo a LE dos registros oficiais; no Novo México, a porcentagem de escolas que adotavam a LE parte de 70% em 1874 para 42% em 1889, até ficar totalmente ausente do uso escolar em 1891. Resulta que, de acordo com o Censo americano de 2000, concluem o Ensino Médio 92% dos brancos, 84% dos negros e 64% dos latinos.

(3) Língua de imigrantes: o fluxo de latinos para os Estados Unidos em 1850 representava

0,9% do total de imigrantes. O mesmo fluxo atinge 5,5% em 1930; 33,1%, em 1980 e, em 2000, alcança 51,7% do total de imigrantes recenseados. Nos dias de

hoje, os salários médios do homem e da mulher latina são, respectivamente, 37% e 56% inferiores aos salários dos pares brancos.

6

(4) Racialismo linguístico: o item censitário de identificação étnica “hispânico” só é usado a partir de 1980, substituindo a identificação “pessoa que tem o espanhol como língua mãe”, presente nos censos de 1950, 1960 e 1970. Hoje, dos 42 milhões de ‘US Latinos’ que nasceram nos Estados Unidos, 69,8% falam inglês, mas ainda assim são identificados pela língua de origem; aos ‘US Latinos’ que não falam inglês, são aplicadas penalidades judiciais com taxas de 6% a 15% mais severas do que aos ‘US Latinos’ que falam inglês.

1.3. Estados Unidos - Indígenas hopi

Em “Perdendo os nomes: línguas nativas, identidades e Estado”, Peter Whiteley (Museu Americano de História Natural) discorre sobre pobreza, línguas minoritárias e antropologia, analisando o caso da língua e da cultura dos índios hopi, do Arizona (EUA). Essa escolha é muito significativa, porque ilustra o grave declínio da diversidade linguística mundial e alude aos trabalhos que serviram de parâmetro para a clássica hipótese Whorf-Sapir dos anos 1930. A comunidade hopi atual é formada por 12.000 índios; desses, menos de 2.500 falam a língua materna, sendo que, na faixa etária < 30, não há nenhum falante fluente.⁴

De certa forma, a população local tem consciência disso. Paralelamente aos planos educativos estatais, que aceitam as línguas locais desde que “se reservem ao plano privado /.../ sem textualização escrita e sem sua propagação para fora das

⁴ Dados a respeito de algumas línguas indígenas brasileiras em desaparecimento [por família linguística, língua, Estado onde ocorre, e número de falantes reconhecidos]: Tupi-Guarani, Amambé, PA, 2; Tupi-Guarani, Juma, AM, 5; Mondé, Aripuanã, MT, 5; Jurúna, Xipáya, PA, 2; Krenák, Krenák, MG, 6; Aruák, Tariána, AM, 55; Nambikwára, Lakondê, RO, 1; Tukáno, Bará, AM, 21; Ofayé, Ofayé, MS, 11. (cf. A. Rodrigues, 2006, p. 61-63)

comunidades indígenas” (HARBERT, p. 175), há ações autônomas engendradas por missionários ou autóctones laicos mas que não surtem o efeito desejado. Para muitos membros da comunidade, “escrever é coisa para a língua dos ‘Pahaanas’ [dos brancos]” (idem). Com isso, os velhos que falam hopi não escrevem hopi; os jovens que escrevem hopi, como L2, não falam hopi. Segundo o autor, esse declínio é resultado de pressões econômicas e simbólicas. Vejamos como isso ocorre.

Os nomes dados às crianças hopi não são escolhidos pelos pais, mas são composições nominais geradas a partir de um número restrito de elementos mórficos articulados por algum parente patrilinear ou pelo padrinho de iniciação religiosa. Isso significa que “os nomes são marcações básicas do pertencimento à rede social de identificação” (HARBERT, p. 168). A extinção das nomeações pessoais em língua hopi é, portanto, causadora de grave desorganização social e identitária. Para que isso fique mais claro para nós, imaginemos como seria contar a história de nossas famílias, de nossa cidade e de nosso país se, em uma situação hipotética, todos os sobrenomes do Brasil fossem banidos?

Ligado a esse empobrecimento simbólico, há um quadro socioeconômico muito ruim para a população hopi que com ou sem acesso à língua pátria é sempre identificada com hopi. Há mais de um século, sua reserva territorial vem perdendo área, e, desde 1930, medidas do governo americano restringem progressivamente o leque de atividades econômicas permitidas aos membros da comunidade. Tais medidas resultam em taxas de desemprego que variam entre 30 e 60% da mão-de-obra ativa. A maior parte da população rural alcança rendimentos abaixo da linha da pobreza e muitos dos trabalhadores urbanos hopi são empregados de instituições da indústria turística local, sem que haja, de fato, repercussão significativa econômica e cultural para a população.

1.4. Índia, complexidade cultural

8

A pesquisa intitulada “Perpetuando a desigualdade – desvantagem linguística e privação de capacitação para falantes de línguas tribais na Índia” - discorre sobre o plurilinguismo naquele país. Seu autor, Ajit Mohanty Mohanty (Universidade de Nerhu), serve-se de uma máxima de Amartya Sen, segundo a qual “iletramento é desliberdade” (“illetteracy is unfreedom”), ou seja, a gritante desigualdade social na Índia é causada, pelo menos em parte, pelo iletramento da população; iletramento esse que não é devido apenas à exploração da mão-de-obra infantil e a uma suposta falta de empenho dos progenitores, mas, também, às situações de discriminação étnico-linguísticas que ocorrem no ambiente escolar.

Situado em cenário linguístico e cultural impressionantemente complexo, Mohanty relata que usa o inglês, no trabalho; usa o oriá, como língua familiar; o bengali, com os funcionários domésticos; o híndi, no comércio e para ver TV, e o sânscrito, durante os rituais religiosos. Assim como ele, a maior parte da população indiana usa mais de três línguas em seu dia a dia. O Censo indiano de 1961 elenca 1.652 línguas no país, sendo que, dessas, apenas 22 têm reconhecimento oficial. Para o autor, o número total, de fato, é superior a 3.000. (Segundo a UNESCO, o DI da Índia é 0,930.) A reclassificação de línguas bastante diversas em um único grupo tem consequências escolares e formais graves. Os usuários das línguas não reconhecidas oficialmente passam a usá-las apenas no ambiente doméstico, gerando, com isso, isolamento cultural, político, econômico, escolar e social.

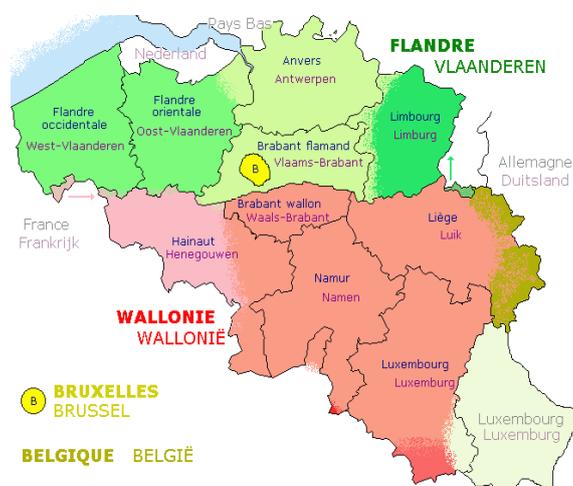
2. Políticas Linguísticas de Inclusão

2.1. Conceito

Política linguística pode ser intuitivamente definida da seguinte forma: *são os procedimentos legais, institucionais e programáticos que os órgãos do Estado e da Sociedade Civil podem desenvolver no sentido de promover, controlar, coibir, estimular ou estigmatizar as relações de poder existentes entre as línguas, suas comunidades de usuários e a sociedade.* O que pode parecer abstrato a uma primeira leitura tem, na verdade, efeitos bastante práticos. Vejamos um primeiro exemplo.

2.2. O Caso da Bélgica: alugando apartamentos em francês

É conhecido que a Bélgica tem sérios conflitos identitários entre os dois grupos identificados pelo idioma usado. Esses conflitos podem ser tipificados como *problema político-linguístico*. Mesmo que se pratique naquele país o bilinguismo escolar, a Bélgica é dividida em duas nações linguística e historicamente marcadas: ao Norte, encontra-se a Flandres, onde se fala flamengo, idioma da família germânica; ao Sul fica a Valônia, onde se fala o idioma neolatino francês.



MAPA DA BÉLGICA, via Wikipédia, dezembro/2010

Apesar dessa cisão étnico-linguística, o governo é único, central, monárquico constitucional e de estatuto bicameral, sendo que a Constituição e as normas infraconstitucionais do país valem para todo o território nacional. Uma lei, como aquela que rege a locação e a venda de imóveis, por exemplo, vige da mesma forma na Flandres e na Valônia. No entanto, um dos quesitos previstos para a locação de imóveis é a leitura (e a compreensão) do contrato de aluguel junto ao agente imobiliário. Ou seja, se se deseja alugar um apartamento na Flandres, é necessária a comprovação prática do conhecimento da língua flamenga; se se deseja alugar um apartamento na Valônia, vale o mesmo quesito; porém, em francês.

Ora, assim como vários países europeus, a Bélgica tem uma significativa população de imigrantes originários de países mais pobres que não dominam as línguas nacionais do país que os acolhe. Por motivos logísticos e históricos óbvios, essa população conhece mais comumente o francês do que o flamengo. Resulta que essa particularidade linguística prevista nos contratos de locação constrange o estabelecimento de imigrantes no Norte, forçando o seu deslocamento para o Sul do país. Com isso, mesmo que em acordo com a Lei Maior do país, através de um critério linguístico, a Bélgica segrega os cidadãos de origem estrangeira a uma determinada região do país. A efetivação do bilinguismo flamengo-francês na confecção dos contratos de locação seria uma prática de política linguística de inclusão.

2.3. O papel do pesquisador na revitalização de línguas

Em “O papel do linguista na manutenção e revitalização das línguas”, capítulo de **Linguagem e pobreza**, Lenore Grenoble (Universidade de Dartmouth), Keren Rice (Universidade de Toronto) e Norvin Richards (MIT) referem-se a um recente aumento de interesse pelo tema, haja vista a oferta de programas de pesquisa financiados pela

academia e por organismos internacionais como a UNESCO. Por esse motivo, sustentam, a relação ‘pobreza e linguagem’ é tema relevante para a linguística. Se se encontrar diante de uma comunidade pobre, cuja língua está ameaçada, o linguista não pode se esquivar de tomar partido.

11

Mas esse pensamento não é consensual. Os autores fazem alusão às posições contrárias apresentadas nos trabalhos de Paul Newman (2003) e Peter Ladefoged (1992), para os quais, ao linguista cabe a descrição dos fatos linguísticos sem qualquer tipo de engajamento, posto que o envolvimento na revitalização de uma língua “poderá desviar a linguística de sua verdadeira função descritiva e documental” (HARBERT, p. 185).

Como deve, então, se portar o pesquisador diante das indagações advindas da comunidade em análise? Uma vez observada sua fala e postura em relação a seu registro comunicativo, a comunidade investigada vê-se necessariamente diante de conflitos sobre ela mesma. A pobreza pode gerar movimentos de negação da identidade linguística local, chegando ao ponto de se proclamar que “as crianças devem aprender a língua do dominante” (HARBERT, p. 187) para superar a pobreza. Grenoble, Rice e Richards apoiam a ideia de uma participação ativa do linguista nos movimentos de documentação, manutenção e revitalização de línguas ameaçadas. Efetivação e organização de registros documentais, formação de pessoal, preparação de material didático e orientação para ações institucionais são atitudes pertinentes e concomitantes ao trabalho de pesquisa. A partir de atitudes como essa, geram-se efeitos de uma “boa identidade linguística”, nos termos de García e Mason, podendo haver uma “aculturação seletiva feliz” no uso da língua minoritária.

3. Breve comentário sobre o Brasil

12

Para o Brasil, os estudos sobre políticas linguísticas (infelizmente ainda tímidos ou intimidados) indicam quadro de semelhante complexidade: grupos minoritários são linguisticamente discriminados. A falta de cuidado com a variação linguística do país por instituições de referência como o Congresso Nacional e a ABL (Academia Brasileira de Letras) resulta na consolidação de uma imagem reacionária, tecnicamente frágil e, sobretudo, discriminatória sobre nossas práticas comunicativas. Brasileiros afrodescendentes, imigrantes europeus, asiáticos e latinos, indígenas e surdos, dentre outros grupos linguísticos, não recebem a atenção devida.

Comparativamente, uma das instituições de grande relevância para a promoção dessas mudanças é a ACALAN (African Academy of Languages). O papel dessa instituição de referência transnacional é a promoção de discussões e o estabelecimento de estratégias para a efetivação de programas educacionais bilíngues que consideram as línguas maternas como partícipes de uma nova arquitetura escolar. Como exemplo, relata-se o fato de haver melhor desempenho em matemática nos ciclos educacionais fundamental e médio, quando aos alunos explica-se a matéria em sua língua nativa. Salienta-se, com isso, a importância do conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu como elemento basilar para a compreensão das desigualdades econômicas no continente africano. Para além das fronteiras político-territoriais e étnicas, o domínio das línguas inglesa e francesa, meios oficiais mais comumente partilhados entre os países, significa uma forte fonte de concentração de capital.

Em movimento contrário ao que faz a sua colega ACALAN, a Academia Brasileira de Letras deveria modernizar sua conduta e apoiar a diversidade étnica, cultural e linguística e não “ter por fim”, como diz seu Estatuto, apenas “a cultura da

língua e da literatura nacional” (cf. Art.1), com se entre nós houvesse apenas uma língua e uma cultura.

“A maioria das pessoas são bilíngues”, indica David Crystal (1992). Nesse sentido, a boa pergunta não seria ‘como preservar o monolinguismo no Brasil’, mas ‘como criar situações para superar o monolinguismo oficial brasileiro’. Para Anna Wierzbicka, uma das mais interessantes pesquisadoras comparacionistas, “acima de qualquer outra, é a uma pessoa monolíngue que se aplicam as palavras de Wittgenstein: ‘os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo’” (*apud* WIERZBICKA, 2005, p. 7).

Finalmente, programas de planejamento plurilíngues poderiam, de fato, criar uma situação de escolha positiva? Ora, se o indivíduo conhece e domina mais de uma língua, poderá optar por uma delas de acordo com motivações de ordem pragmática (empregabilidade, saúde etc.) ou de acordo com motivações simbólicas (práticas culturais, ritualísticas, familiares etc.). Conclui-se, assim, que planejamentos políticos plurilinguísticos podem contribuir na efetivação de um processo de equidade social. A valorização de nossas 200 línguas pode trazer bons resultados científicos, culturais, sociais e educacionais.

Abstract: this article presents some reflections on the relationship between poverty and language and linguistic policies in order to bring public a considerable number of important questions for further research to be developed on the domain of linguistics. It also reports some social exclusion situations caused by linguistics criteria in Africa, Asia and North America. Finally, it points up about the need to pay attention to multilingualism in Brazil.

Key Words – politics, poverty, social changes, languages

Referências

CALVET, Louis-Jean. **Pour une Ecologie des Langues du Monde**. Paris: Plon, 1999.

CRYSTAL, David. **An Encyclopedic Dictionary of Language and Languages**. Oxford: Blackwell, 1992.

14

LADEFOGED, Peter. Another view of endangered languages. *Language*, n. 68, p. 809-811, 1992.

NEWMAN, Paul. The endangered languages issue as a hopeless cause. *In*: JASE, M; TOL, S. (Eds.). **Language Death and Language Maintenance: theoretical, practical and descriptive approaches**. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

RODRIGUES, Aryon D. As línguas indígenas do Brasil. *In*: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Eds.). **Povos indígenas do Brasil**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

WIERZBICKA, Anna. Universal human concepts as a tool for exploring lives. *International Journal of Bilingualism*, ano 9, n. 1, p. 7-29, 2005.

WILLIAMS, Frederick (Ed). **Language and poverty: perspectives on the theme**. Chicago: Markham, 1970.